



**PACTO  
CONTRA  
A FOME**

# **Brasil permanece no radar da má nutrição**

Análise aprofundada

## **SOFI 2025**

*O Estado da Segurança Alimentar  
e Nutricional no Mundo*

## 1. Introdução

Neste documento, o Pacto Contra a Fome continua a análise dos dados do relatório “O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo (SOFI) 2025”, e suas implicações no contexto brasileiro, com foco especial nos **desafios atuais que norteiam as políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e na tendência de deterioração nos padrões alimentares**, tendo como consequência a diminuição dos aspectos nutricionais da alimentação. Em seguida, analisamos **em quais movimentos o Brasil prosperou para a saída do mapa da fome, como manter os avanços alcançados e encarar os desafios atuais e futuros da garantia da SAN.**

**Acesse nossa primeira análise do SOFI: [Por que sair do Mapa da Fome não é suficiente para resolver a insegurança alimentar no Brasil?](#)**

O SOFI trata do progresso global em relação ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável Fome Zero e Agricultura Sustentável (ODS 2): acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável até 2030.

Para determinar a permanência ou saída do Mapa da Fome, a FAO utiliza como indicador a Prevalência de Subalimentação (PoU), uma estimativa indireta, em nível nacional, do acesso da população à energia proveniente dos alimentos. Já a Prevalência de Insegurança Moderada e Severa, da Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES), é baseada na percepção dos indivíduos sobre sua alimentação.

O relatório também traz dados sobre má nutrição relacionados ao conjunto de metas estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 2012, focadas

na saúde materno-infantil e, depois de revisadas, nas necessidades nutricionais de adolescentes, mulheres grávidas, lactantes e pessoas idosas.

## 2. Os desafios atuais relacionados a aspectos nutricionais nas medições de Insegurança Alimentar

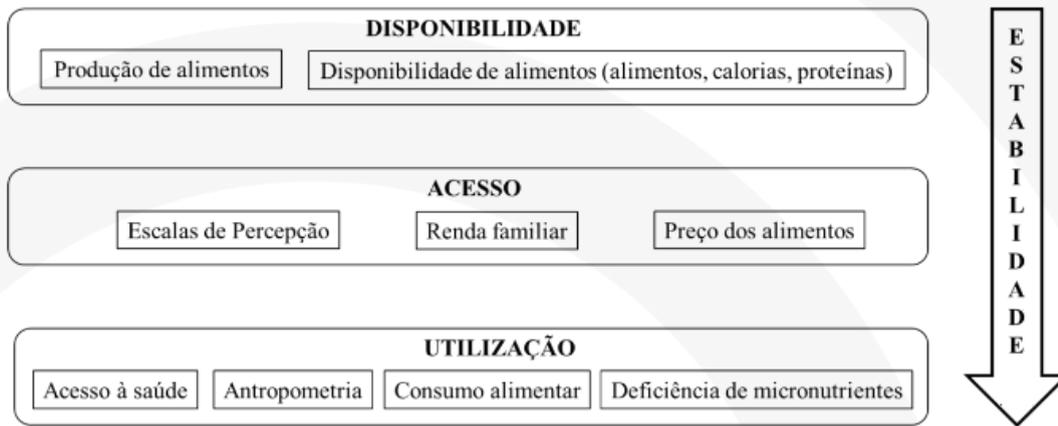
O **estado nutricional** de uma população é um dos principais marcadores de qualidade de vida, pois reflete condições sociais, econômicas e ambientais em que as pessoas vivem. Logo, **as políticas públicas** direcionadas ao aumento do poder de compra dos mais pobres e ao acesso a serviços essenciais como educação, saúde e saneamento têm impacto direto na segurança alimentar e nutricional das populações mais vulneráveis.

A **segurança alimentar** é composta por quatro dimensões fundamentais: disponibilidade, utilização, estabilidade e acesso aos alimentos. Cada uma delas pode ser analisada por meio de indicadores específicos, conforme ilustrado na Figura 1.

As **escalas de percepção da insegurança alimentar**, EBIA (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar) e FIES (Food Insecurity Experience Scale), **concentram-se nos aspectos psicológicos e sociais da experiência**, captando, por exemplo, a preocupação com a obtenção de alimentos em quantidade e qualidade adequadas.

Embora essas escalas abordem a percepção dos respondentes sobre a alimentação saudável, elas **não avaliam a adequação dos nutrientes consumidos por eles, portanto não contemplam integralmente a dimensão da qualidade nutricional**.

Figura 1 - Dimensões da segurança alimentar



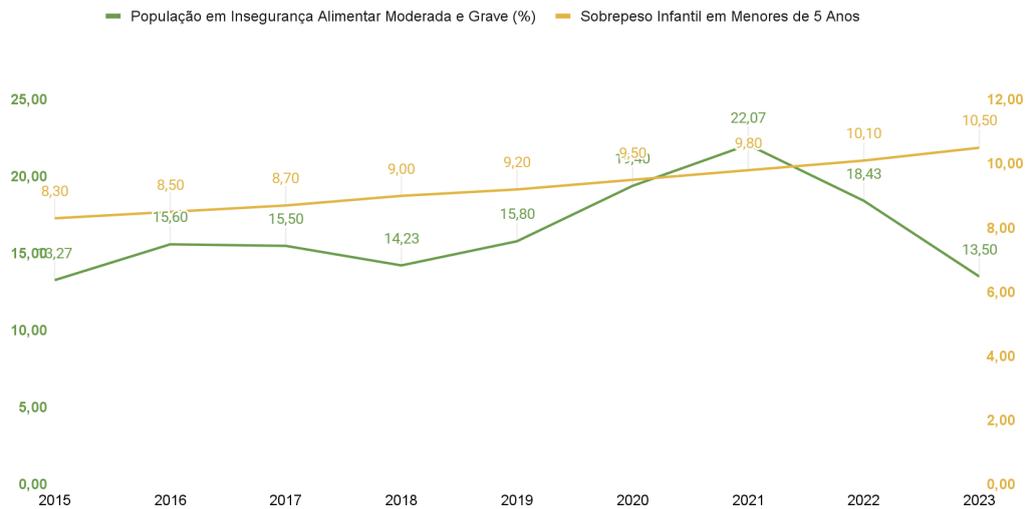
Fonte: Dayane de Castro Morais, Naiara Sperandio, Sílvia Eloiza Priore (organizadores). Viçosa, MG : UFV, 2020. 865p: 21 cm.

Os **aspectos nutricionais** são aferidos por meio de **indicadores** relacionados à utilização biológica dos alimentos, que consideram não apenas o **consumo**, mas também a **absorção e o aproveitamento dos nutrientes** pelo organismo.

Os dados do Brasil são bastante emblemáticos nesse sentido. No gráfico abaixo, vê-se uma evolução na redução da Insegurança Alimentar Moderada/Severa nos últimos anos, e, ao mesmo tempo, um crescimento constante no sobrepeso infantil<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Os dados gerais de obesidade adulta não estão atualizados até o ano de 2024, por isso utilizamos dados do sobrepeso infantil como proxy de análise.

**Brasil, 2015-2023 - Insegurança Alimentar Moderada/Severa (média trienal) vs. Sobrepeso Infantil (< 5 anos)**



Fonte: O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo (SOFI) - 2025

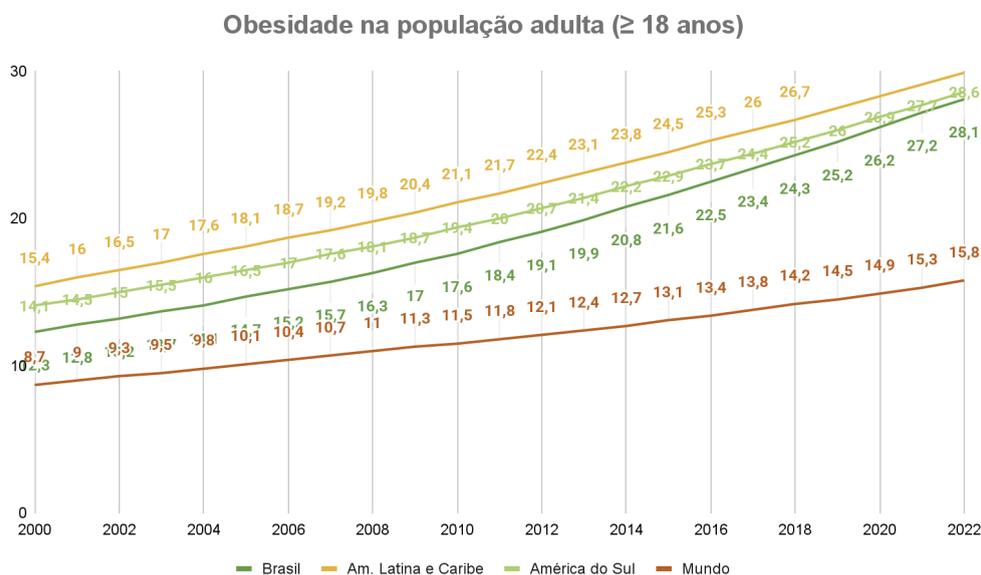
Um dos fenômenos marcantes da evolução da cultura alimentar dos últimos anos é o **impacto silencioso da alimentação de baixa qualidade**, marcada pelo consumo excessivo de alimentos ultraprocessados<sup>2</sup>, diretamente relacionados ao aumento das taxas de sobrepeso e obesidade. **Compreender que a insegurança alimentar coexiste com o aumento desses indicadores e também com a desnutrição infantil** é fundamental para gerar estratégias mais assertivas nas políticas públicas.

Estimativas da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) sugerem que **o aumento de dietas ricas em alimentos ultraprocessados e pobres em alimentos *in natura* custam ao mundo mais de US\$6 trilhões anuais em problemas de saúde**, juntamente a custos adicionais para o meio ambiente e para o bem-estar social.

<sup>2</sup> De acordo com a Classificação NOVA, os alimentos ultraprocessados são formulações industriais frequentemente adicionadas de realçadores de sabor, corantes, aromatizantes, emulsificantes, espessantes e outros aditivos. Normalmente contém pouco ou nenhum alimento inteiro.

## Obesidade em adultos (2000-2022)

O relatório **SOFI 2025** aponta que **28,1% da população com 18 anos ou mais** vive com obesidade e esse número cresce de forma contínua desde o ano 2000. Ademais, as Américas, como um todo, seguem uma tendência de velocidade de aumento desse percentual maior que o restante do mundo, ou seja, em patamares superiores à média mundial.



Fonte: O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo (SOFI) - 2025

Esse indicador reflete a **crecente exposição das pessoas a ambientes que favorecem escolhas alimentares não saudáveis** — especialmente em contextos urbanos, marcados pela oferta e publicidade de alimentos ultraprocessados em contraponto à disponibilidade e maior variação de preço dos alimentos *in natura*. O que evidencia, portanto, a estrutura desigual dos sistemas alimentares.

Embora a obesidade muitas vezes seja atribuída a fatores individuais, há amplo consenso na literatura sobre ela ser resultado de **determinantes sociais**



**complexos**, incluindo **escolaridade, renda, emprego, insegurança alimentar e ambiente alimentar**<sup>3</sup>.

O combate ao problema entre a população adulta brasileira deve ser compreendido dentro da interação **de obesidade, insegurança alimentar e doenças crônicas não transmissíveis (DCNT)** intensificadas por fatores como estresse crônico, sedentarismo e pobreza.

A medição de **obesidade no Brasil** pode ser acompanhada pelo Painel Brasileiro da Obesidade (PBO), com base nos dados das pesquisas Vigitel<sup>4</sup> e Covitel<sup>5</sup>. O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) também fornece dados que permitem análises a nível municipal.

Entre 2013 e 2022, a obesidade infanto-juvenil gerou um **custo de R\$225,7 milhões ao Sistema Único de Saúde (SUS)** para internações, tratamento e remédios, de acordo com pesquisa do Instituto Desiderata, Nupens, USP e Fiocruz.

### **Crianças menores de cinco anos com baixa estatura para a idade (2000-2024)**

Em 2024, a proporção de **crianças brasileiras menores de cinco anos com baixa estatura** está crescendo desde 2011, com **aumento de 8,7% para 8,9%** no último ano (conforme o gráfico abaixo).

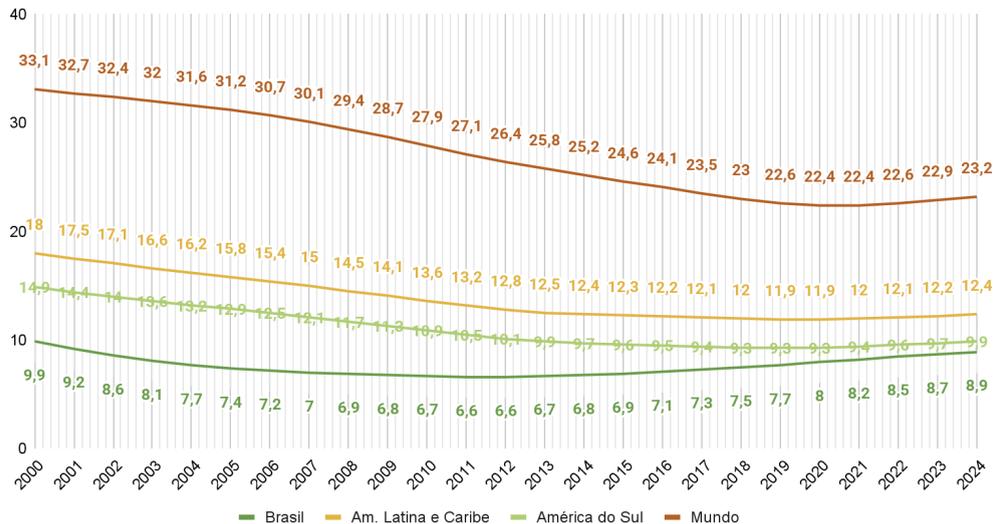
Tanto no mundo quanto na América Latina e Caribe, a curva de crescimento do percentual começa a partir de 2020. Apesar disso, o Brasil segue exibindo prevalência inferior ao global e da região.

<sup>3</sup> Suza J et al. Unhealthy food environments that promote overweight and food insecurity in a Brazilian metropolitan area: A case of a syndemic?, Food Policy, 2022. <https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2022.102375>

<sup>4</sup> O Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel) é um levantamento conduzido anualmente pelo Ministério da Saúde nas capitais brasileiras e no Distrito Federal.

<sup>5</sup> O Inquérito Telefônico de Fatores de Risco para Doenças Crônicas Não Transmissíveis em Tempos de Pandemia (Covitel) é uma pesquisa realizada pela Universidade Federal de Pelotas e parceiros, com abrangência estadual.

### Crianças <5 anos com baixa estatura/stunting (%)



Fonte: O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo (SOFI) - 2025

A prevalência do atraso no crescimento (stunting) **pode refletir situações de desnutrição crônica que costumam interferir no crescimento**, comprometendo a estatura ou retardando a idade óssea<sup>6</sup>.

O atraso no crescimento está geralmente associado a maior mortalidade, excesso de doenças infecciosas, prejuízo para desenvolvimento psico-motor, menor aproveitamento escolar e menor capacidade produtiva na idade adulta<sup>7</sup>.

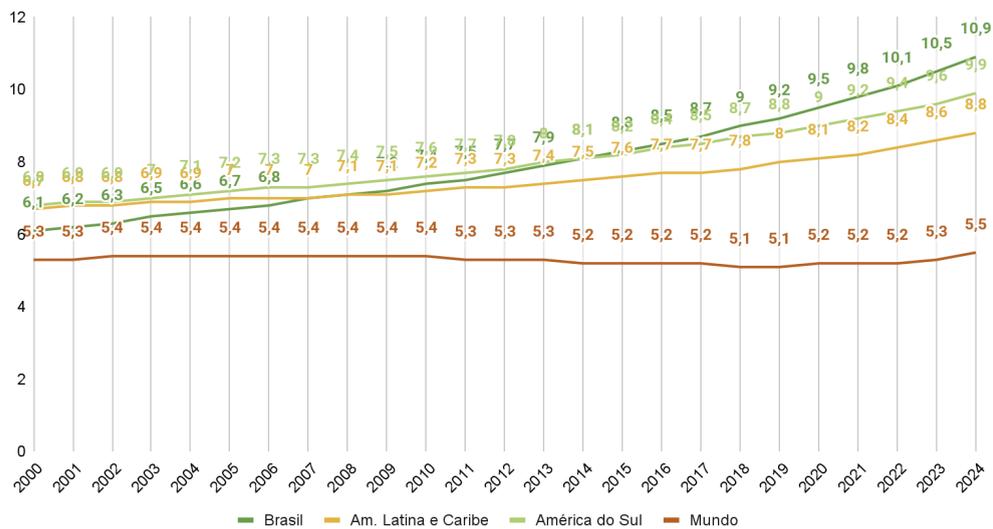
### Crianças menores de 5 anos acima do peso (2000-2024)

O relatório também mostra que o **percentual de crianças menores de 5 anos acima do peso no Brasil cresceu 34% nos últimos 10 anos**. Nesse mesmo período, **esse indicador cresceu quase 6x mais quando comparado à média mundial**. Desde o início da série, o indicador segue uma tendência de crescimento contínuo e em uma velocidade superior ao restante do mundo e da América Latina e Caribe (conforme gráfico abaixo).

<sup>6</sup> Zeferino AM, Barros Filho AA, Bettiol H, Barbieri MA. Acompanhamento do crescimento [Monitoring growth]. *J Pediatra (Rio J)*. 2003;79 Suppl 1:S23-S32. <https://doi.org/10.2223/jped.995>

<sup>7</sup> Monteiro CA, Benicio MHD, Konno SC, Silva ACF da, Lima ALL de, Conde WL. Causas do declínio da desnutrição infantil no Brasil, 1996-2007. *Rev Saúde Pública* [Internet]. 2009Feb;43(1):35-43. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102009000100005>

### Crianças <5 anos com sobrepeso (%)



Fonte: O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo (SOFI) - 2025

O consumo de alimentos ultraprocessados, a falta de atividade física e o aumento do tempo de tela são apontados como alavancas das taxas de sobrepeso infantil. Suas consequências passam por **diversas complicações de saúde, risco aumentado de desenvolvimento prematuro de Doenças Crônicas Não Transmissíveis** e potencial preditor de **obesidade na vida adulta**.

No Brasil, de acordo com último Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI), **80% das crianças menores de dois anos já tinham consumido alimentos ultraprocessados<sup>8</sup>**. Esse dado é preocupante e representa um agravo nutricional precoce.

<sup>8</sup> Instituto de Nutrição Josué de Castro, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI-2019). <https://enani.nutricao.ufrj.br/>

### 3. Em quais movimentos o Brasil prosperou para a saída do Mapa da Fome?

A FAO destaca que a **inflação persistente dos preços dos alimentos no mundo prejudicou o poder de compra e o acesso a dietas saudáveis**, especialmente entre populações de baixa renda, influenciando o aumento da insegurança alimentar e da desnutrição infantil sobretudo em grupos já vulneráveis, como mulheres e comunidades rurais.

Vale ressaltar que, mesmo o Brasil tendo sido classificado pelo Banco Mundial como um país de renda média-alta, o custo dos alimentos e da energia elétrica têm grande impacto inflacionário e comprometem o orçamento familiar.

#### **Garantia do poder de compra**

Países que fortaleceram políticas sociais conseguiram amortecer significativamente as **pressões inflacionárias sobre o custo dos alimentos**. Assim, a proteção social surge como ferramenta central para enfrentar as consequências da inflação alimentar, conforme recomendado internacionalmente.

Essas intervenções – quando em um patamar ideal – **mitigam impactos adversos na segurança alimentar**, preservando o acesso a recursos financeiros que descomprimem o orçamento familiar e viabilizam escolhas alimentares mais saudáveis.

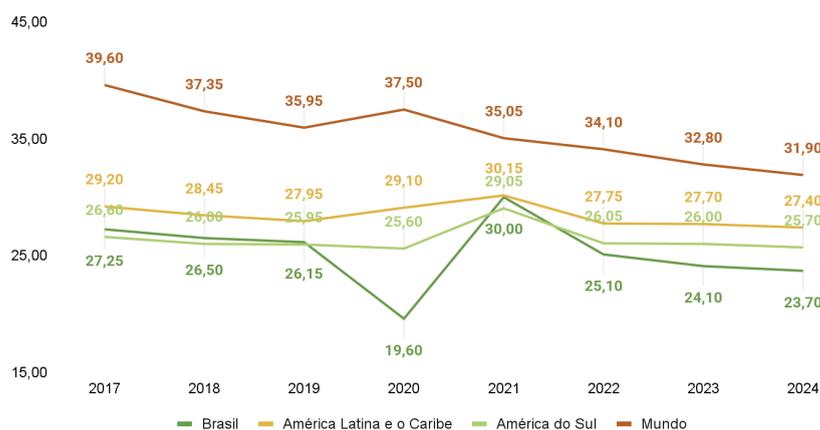
Políticas de transferência de renda direta, como o Bolsa Família, também desempenham um **papel crucial na proteção do poder de compra das famílias mais vulneráveis** em períodos de alta inflação alimentar, ainda que seus ganhos sejam comprimidos pela alta contínua dos preços.

## População que não pode arcar com uma dieta saudável (%) (2017-2024)

Outro dado chama atenção: **23,7% dos brasileiros não conseguiram custear uma dieta saudável** em 2024. Isso é equivalente a **50 milhões de pessoas**.

Ainda assim, o país permanece em condição relativamente mais favorável que os referenciais da América do Sul (25,7%), da América Latina e Caribe (27,4%) e, sobretudo, do mundo (31,9%). Além disso, apresenta uma **trajetória positiva frente a 2021, quando esse percentual era 30%** e decresceu, nos anos seguintes, para 25,1% e 24,1%.

Proporção da população que não pode arcar com uma dieta saudável (%)



Fonte: O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo (SOFI) - 2025

Em termos globais, esse indicador mostra uma recuperação – embora desigual entre as regiões – após a pandemia. No contexto brasileiro, essa melhora pode ser associada a diversos fatores econômicos, como **avanços graduais na renda e recuperação do mercado de trabalho**, que contribuiu para ampliar efetivamente o acesso das famílias brasileiras a alimentos adequados.

Espera-se que a **nova Cesta Básica Nacional**, que isenta alimentos saudáveis e regionais de impostos, possa contribuir positivamente para o cenário. No entanto, o desafio permanece significativo, indicando que políticas voltadas ao acesso e

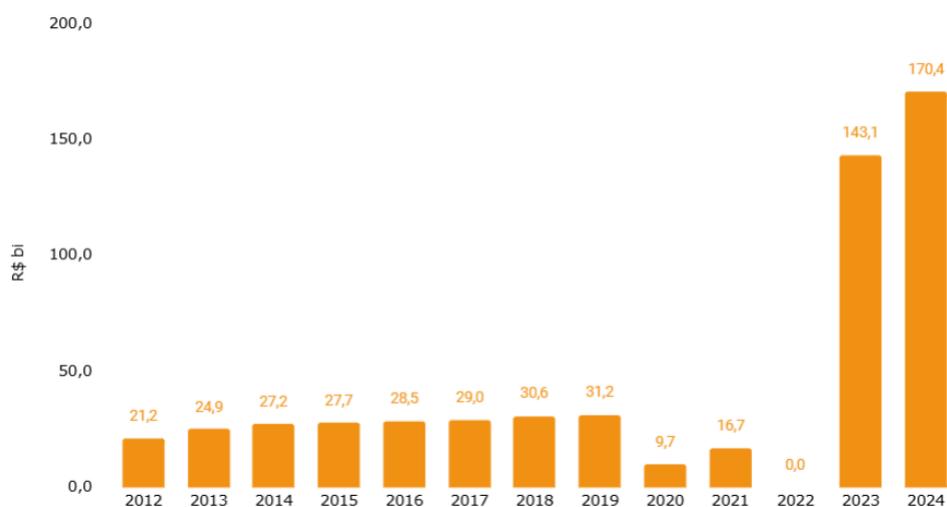
estímulo de um padrão alimentar mais saudável são necessárias para aprofundar e sustentar avanços.

Como analisado pelo Pacto Contra a Fome na 1ª análise do relatório da SOFI, o Brasil tem demonstrado uma forte capacidade institucional de estabelecer planos e políticas públicas para o combate à insegurança alimentar. Destacamos, a seguir, **3 políticas públicas** que apresentam, entre seus elementos, uma abordagem sistêmica e intersetorialidade, alcançando resultados positivos nas avaliações de impacto.

### Programa Bolsa Família

O desenho do Programa Bolsa Família foi **reformulado**, incluindo agora **benefícios adicionais para crianças, adolescentes e gestantes** e atendendo cerca de 21 milhões de famílias nos últimos dois anos. Ademais, esforços foram implementados para melhorar a focalização; exclusão de beneficiários indevidos e ampliação dos beneficiários foco do programa.

**Evolução anual do orçamento do Bolsa Família (2012-2024, bilhões de R\$ correntes)**



Análise realizada pelo Pacto Contra a Fome a partir de fontes públicas



Desconsiderando o período de 2020 a 2022, onde os recursos foram destinados a outro programa de acesso mais ampliado durante a pandemia da COVID-19, a média de investimento anual entre 2012 e 2019 foi de 27 bilhões. Enquanto nos últimos dois anos, 2023 e 2024, a dedicação orçamentária do programa passou por uma ampliação massiva, com uma média de 156 bilhões, **quase 6x os valores de antes da pandemia.**

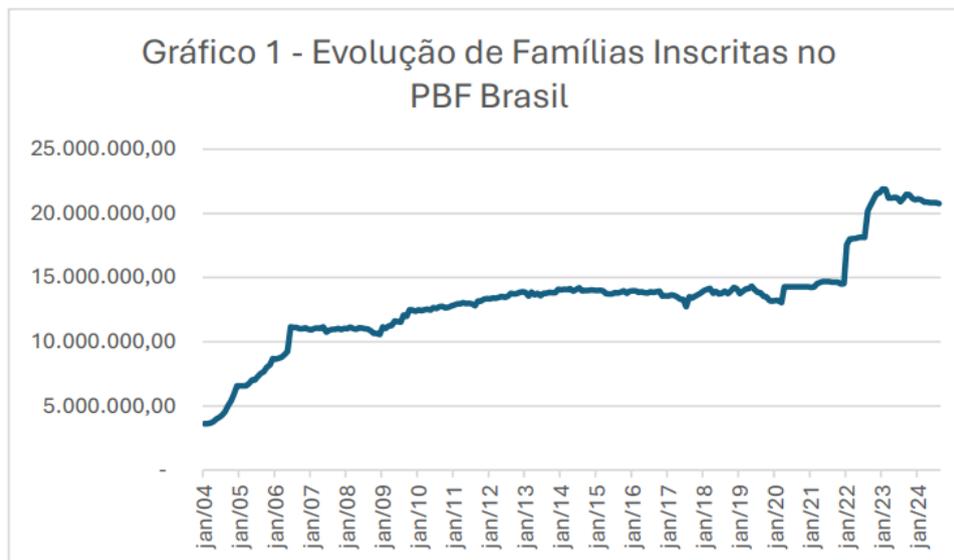
É importante destacar que, em uma política focalizada, nem sempre o incremento de valor reflete qualidade, considerando que atender beneficiários indevidos compromete a efetividade da ampliação do orçamento. Nesse sentido, ainda existem desafios para a checagem da entrada e para a busca ativa de cidadãos invisíveis à política pública.

De forma geral, a precisão da focalização pode ser considerada boa – o critério do Banco Mundial para programas de transferência de renda pelo mundo é de focalização dos 20% mais pobres<sup>9</sup>.

O patamar de famílias atendidas pelo programa passa de uma média de 15 milhões de famílias no período pré-pandemia (<2019) para 20 milhões de famílias em 2023 e 2024, **uma ampliação de 33% no número de beneficiários.**

---

<sup>9</sup> Soares, Ferreira, Osório, 2018. Valor Econômico. Disponível em <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/sobre-a-focalizacao-do-bolsa-familia.ghtml>



Fonte: MDS (2024)

Vale destacar que o Brasil investiu em uma política de valorização real do salário mínimo (acima da inflação), o que aumentou o valor de programas de acesso à renda indexados a ele como o Benefício de Prestação Continuada e a aposentadoria, pagos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

### Programa de Aquisição de Alimentos

Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem a capacidade tanto de fortalecer a dimensão da **disponibilidade** como do **acesso aos** alimentos saudáveis.

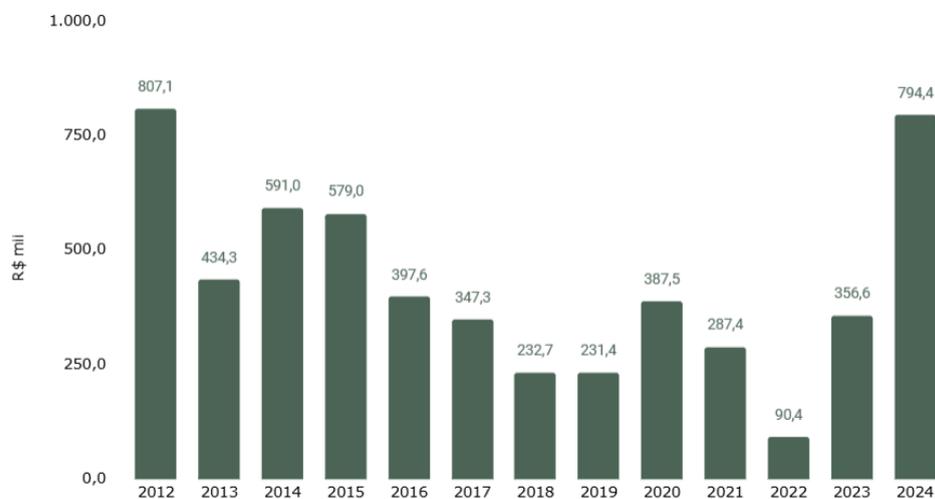
Com diretrizes pautadas no desenvolvimento social, local e sustentável, o programa impulsionou a **diversificação de culturas e a alimentação nas propriedades**, contribuindo para o **aumento da renda** média do pequeno agricultor.

Embora não haja dados atualizados do número de famílias alcançados, é possível assumir que houve uma **ampliação significativa no atendimento a agricultores e agricultoras familiares** detentores da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e

do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), conforme descrição do público atendido.

O gráfico abaixo mostra uma grande **instabilidade orçamentária** no programa, com **recomposição nos últimos dois anos**.

**Evolução anual do orçamento do Programa de Aquisição de Alimentos (2012-2024, milhões de R\$ correntes)**



Análise realizada pelo Pacto Contra a Fome a partir de fontes públicas

Entre os desafios para ampliar sua abrangência, está a **insuficiência das políticas e ações complementares** de fortalecimento da agricultura familiar, como assistência técnica para o planejamento da produção, acesso aos mercados, ao crédito e à extensão rural, de incluir os agricultores mais vulneráveis<sup>10</sup>. Outro obstáculo é **governança das políticas**: falta de monitoramento, descontinuidade na demanda, falhas na operacionalização, entre outros<sup>11</sup>.

<sup>10</sup> Grisa, C.; Caldas, E. de L.; Avila, M. L. de. As compras públicas da agricultura familiar no Brasil: de onde veio essa ideia. In: SABOURIN, E.; GRISA, C. (Org.). A difusão de políticas brasileiras para a agricultura familiar na América Latina e Caribe.

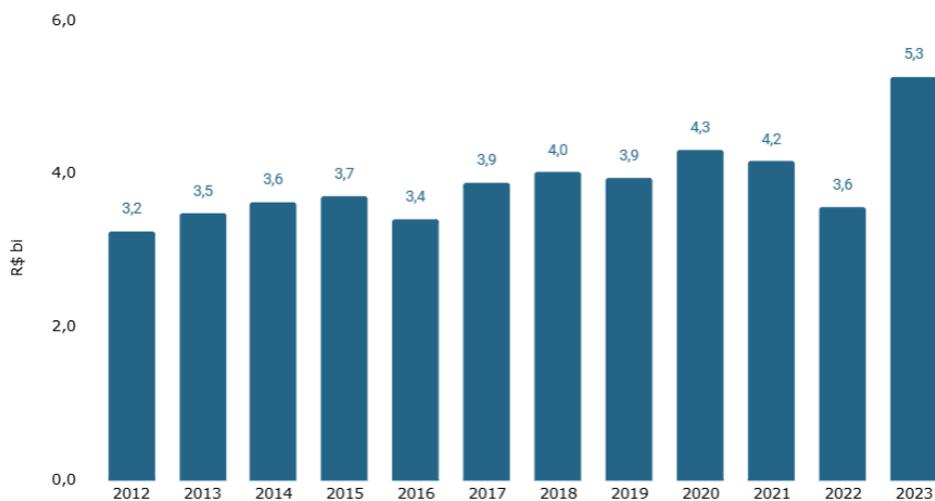
<sup>11</sup> Elias, L. P., Gomes Júnior, E., Vidigal, L., Marques, F. J., Proença, Y., & Magro, J. P. S. (2023). Compras públicas de alimentos da agricultura familiar enquanto instrumento de inclusão produtiva. <https://doi.org/10.38116/bmt76/af3>

## PNAE e o acesso à alimentação escolar

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que contempla cerca de **40 milhões de estudantes**, passou por reajustes nos seus repasses em 2023. Depois de passar por uma drástica redução orçamentária, o programa alcançou um nível similar ao do seu primeiro ano.

O PNAE é reconhecido internacionalmente por sua abrangência nacional, estando presente em todos os municípios do país e assegurando **mais de 50 milhões de refeições nos dias letivos**, de forma universal e gratuita.

**Evolução anual do orçamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (2012-2023, bilhões de R\$ correntes)**



Análise realizada pelo Pacto Contra a Fome a partir de fontes públicas

Mesmo com o aumento expressivo de orçamento, a **média do repasse por estudante é de 0,50 centavos (per capita)**. Sem correções regulares pela inflação, estima-se que o programa tenha perdido 46% do poder de compra nos últimos 12 anos<sup>12</sup>, forçando estados e municípios a absorver a defasagem

<sup>12</sup> LIMA, D. R. S. et. al. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): marcos históricos, políticos e institucionais que influenciaram a política nos seus quase 70 anos de existência. *Revista de Alimentação e Cultura das Américas (RACA)*, v. 4, n. 1, p. 20-44, 2023. Disponível em: <https://raca.fiocruz.br/index.php/raca/article/view/159>

orçamentária ou a reduzir a qualidade e a quantidade das refeições ofertadas nas escolas públicas<sup>13 14</sup>.

#### 4. Como continuar fora do Mapa da Fome?

- Institucionalizar políticas públicas
- Chegar ao núcleo duro de pessoas em insegurança alimentar grave
- Viabilizar acesso e disponibilidade de alimentos saudáveis
- Ampliar a resiliência climática
- Criar planos intersetoriais e de coordenação entre governos

A saída do Mapa da Fome nos traz aprendizados para não repetir o passado recente, em que a fome atingia 33 milhões de brasileiros conforme mensurado pela II Vigissan, em 2022. O economista Walter Belik destaca a conjunção de instabilidade política e institucional, aceleração inflacionária, retração econômica, enfraquecimento de programas sociais e o desmonte dos espaços de participação social no período, cenário que, já crítico, foi agravado pela crise sanitária provocada pela Covid-19.

Prevalente em menos 2,5% da população brasileira, a subalimentação não foi erradicada, e 28,5 milhões de cidadãos ainda estão em insegurança moderada e severa. Existe um **núcleo duro que aparece em todas as medições nacionais, com cor, gênero e localidade demarcados**: a população negra, mulheres – especialmente negras e mães solo –, povos indígenas, quilombolas, populações pobres das áreas rurais e áreas urbanas periféricas no Norte e Nordeste.

É importante destacar que ainda **existem contingentes populacionais invisíveis** – indivíduos sem residência fixa e permanente, em condição de transitoriedade,

<sup>13</sup> FINEDUCA – Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação; ÓAÊ – Observatório da Alimentação Escolar. Nota Técnica 03/2024 – Em defesa do reajuste do Pnae no Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) 2025. São Paulo, ago. 2024B. Disponível em: <https://alimentacaoescolar.org.br/wp-content/uploads/2024/09/NotaTecnica032024.pdf>

<sup>14</sup> GUIMARÃES, Agnes Sofia. Mais cara e menos saudável: alimentação escolar perdeu 42% do poder de compra nos últimos 14 anos. *O Joio e O Trigo*, São Paulo, 10 out. 2024. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2024/10/alimentacao-escolar-perdas/>



sem documentação e moradores de áreas remotas – que estão **fora dos dados oficiais** que representam a situação dos domicílios. Ampliar a busca ativa deste público para incluí-lo na proteção social é essencial para garantir direitos e possibilitar seu exercício pleno da cidadania.

Assim como o Sistema Único de Saúde (SUS) é reconhecido pela sociedade como política universal, **consolidar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e o Sistema Único de Assistência Social (Suas)** como pilares permanentes da proteção social brasileira poderá assegurar um mapeamento eficaz e respostas estruturadas para o problema.

Outra ameaça à manutenção desses resultados é a **escalada dos efeitos das mudanças climáticas**. Segundo o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) a recorrência e a intensidade de eventos extremos tendem a se agravar nos próximos anos, afetando os países de forma desproporcional entre si.

As desigualdades estruturais, como a pobreza, a insegurança alimentar pré-existente e a falta de acesso a serviços básicos, somadas à dependência de recursos naturais, não apenas aumentam a exposição e a vulnerabilidade de agricultores familiares, pescadores, populações ribeirinhas, quilombolas, comunidades indígenas e assentados, como também limitam suas capacidades de adaptação, tanto individual quanto coletiva (BRASIL, 2025).

As alterações no clima vão **influenciar os modos de vida** e de sobrevivência desses grupos, bem como a **segurança alimentar em escala nacional**, uma vez que a agricultura familiar, tanto nas zonas rurais quanto urbanas, é o setor mais impactado por elas e compromete a disponibilidade de alimentos. Por isso, é preciso **fortalecer a resiliência climática** para lidar com o efeito dos eventos climáticos extremos no sistema alimentar.



Diante disso, **o Brasil ainda carece de institucionalidade para resistir a mudanças de ciclos políticos e choques externos do mercado global**. Não é possível alcançar a segurança alimentar e nutricional sem institucionalidade nas políticas, abordagem sistêmica, coordenação entre todos os níveis de governo e articulação multissetorial.

Nesse sentido, chama atenção a proposta do **III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan 2025–2027)**, que articula 18 estratégias e 219 iniciativas intersetoriais, integrando um conjunto de políticas e programas com impacto nos determinantes da insegurança alimentar e da desnutrição. Destaque para acesso à renda, Sisan com governança participativa e intersetorial, Suas, Plano Safra da Agricultura Familiar (Pronaf), Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), Alimenta Cidades, estratégias para promoção de sistemas alimentares resilientes a mudanças climáticas, prevenção da obesidade e redução do desperdício de alimentos.

### **Considerações finais**

A **melhora dos indicadores sociais, que impactam diretamente o estado nutricional**, é um dos principais fatores que fizeram o país alcançar melhores resultados em um ritmo considerado acelerado – apenas três anos depois de voltar à lista da FAO – e sair do Mapa da Fome pela segunda vez.

Todavia, no radar da má nutrição e do acesso à alimentação saudável, as **mudanças em curso no padrão alimentar da população brasileira** ampliam os desafios, sendo **urgente avançar para a transição de sistemas alimentares** mais saudáveis, sustentáveis e resilientes a eventos climáticos extremos.

As consequências da **desnutrição infantil** incluem prejuízos no desenvolvimento cognitivo, atraso no crescimento, baixo peso para a altura e baixo peso ao nascer, e geram impactos sociais, econômicos e na saúde que sobrecarregam o sistema de saúde e comprometem o desenvolvimento do país. Na infância, o **excesso de**



**peso** está associado a um risco aumentado e prematuro de DCNT<sup>15</sup>, e na vida adulta, a **obesidade** é um dos principais fatores de risco para mortes prematuras.

Por isso, **fortalecer ambientes alimentares saudáveis e sustentáveis** nas escolas, nas periferias e nas cidades como um todo, assim como **ampliar políticas de redução da obesidade** infanto-juvenil e **medidas regulatórias** para o consumo de alimentos ultraprocessados e para a promoção de opções alimentares saudáveis é essencial na resolução do problema.

O Pacto Contra a Fome defende a construção de uma **jornada multissetorial, estrutural e sistêmica** para erradicar a fome e promover o acesso da população a dietas saudáveis, que inclua o combate à obesidade e à desnutrição infantil e o fortalecimento da produção de alimentos diversos, combinados a medidas para proteger o sistema alimentar de efeitos de eventos climáticos e choques externos que podem encarecer o preço dos alimentos.

## Metodologia

### Crianças menores de 5 anos acima do peso

O indicador utilizado pela FAO, no relatório SOFI, para monitorar a **meta 2.2.2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, representa a proporção de crianças de 0 a 59 meses cujo peso-para-altura excede em mais de dois desvios-padrão a mediana estabelecida pelos padrões de crescimento infantil da OMS. Os dados são obtidos principalmente por meio de inquéritos nacionais de nutrição e pesquisas populacionais representativas, com aferição antropométrica padronizada.

Sempre que possível, esses dados são analisados novamente pela OMS e incorporados ao *Global Database on Child Growth and Malnutrition*, assegurando a comparabilidade entre diferentes países e regiões. A série histórica

---

<sup>15</sup> [https://www.who.int/health-topics/obesity#tab=tab\\_2](https://www.who.int/health-topics/obesity#tab=tab_2)



harmonizada, compilada conjuntamente por UNICEF, OMS e Banco Mundial, e disponibilizada via *World Development Indicators*, cobre o período de 2000 a 2024, incluindo apenas levantamentos que cumprem rigorosos critérios metodológicos, com amostras de no mínimo 400 crianças e consistência de qualidade nos dados.

### **Crianças menores de cinco anos com baixa estatura para a idade**

O indicador usado pela FAO, no SOFI, para acompanhar a **meta ODS 2.2.1**, expressa o percentual de crianças de 0 a 59 meses cujo comprimento/altura está mais de 2 desvios-padrão abaixo da mediana dos Padrões de Crescimento da OMS – sinal clássico de desnutrição crônica.

Os dados provêm de inquéritos nacionais de nutrição ou de pesquisas populacionais representativas com módulo antropométrico; sempre que disponíveis, microdados são analisados novamente pela OMS e agregados ao *Global Database on Child Growth and Malnutrition*, garantindo comparabilidade. A série harmonizada *UNICEF-OMS-Banco Mundial*, divulgada nos *World Development Indicators*, cobre 2000-2024 e inclui apenas levantamentos com amostra mínima de 400 crianças e controle de qualidade estrito.

### **Mulheres de 15 a 49 anos afetadas por anemia**

O indicador acompanha a **meta ODS 2.2** ao medir a proporção de mulheres em idade reprodutiva com hemoglobina abaixo dos limiares diagnósticos da OMS; < 12 g/dL para não-grávidas e < 11 g/dL para gestantes. As estimativas se baseiam em conjuntos de dados populacionais representativos reunidos no *Global Health Observatory* da OMS e disponibilizados também nos *World Development Indicators* do Banco Mundial. Empregando o modelo estatístico descrito por Stevens et al. (2013), os microdados de inquéritos nacionais (incluindo biomarcadores de hemoglobina) são harmonizados para produzir séries comparáveis entre países e regiões, abrangendo 2000–2023. O indicador revela

carências nutricionais e condições de saúde materna, orientando intervenções em segurança alimentar, suplementação de micronutrientes e atenção pré-natal.

### **Proporção da população que não pode arcar com uma dieta saudável (%)**

O indicador *Prevalence of Unaffordability* (PUA), adotado pela FAO no relatório SOFI para acompanhar o **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2**, representa a proporção da população cuja renda disponível é insuficiente para custear uma dieta saudável. Mais especificamente, essa prevalência é calculada comparando-se a renda individual (já descontados os gastos com necessidades básicas não alimentares) com o custo mínimo necessário para adquirir localmente uma dieta nutricionalmente adequada. Esse custo é estimado a partir da combinação mais econômica de alimentos locais capazes de atender às recomendações nutricionais internacionais, somado ao valor médio das despesas essenciais não alimentares (calculado com base nas linhas internacionais de pobreza estabelecidas pelo *Banco Mundial*, variando conforme a faixa de renda dos países).

Os dados para cálculo são obtidos a partir da distribuição de renda nacional disponibilizada pela *Poverty and Inequality Platform*, do Banco Mundial, expressa em dólares PPC (Paridade do Poder de Compra). O indicador, disponível para o período de 2017 a 2024, cobre entre 147 e 150 países e suas regiões, permitindo monitorar o desempenho dos sistemas alimentares em garantir o acesso econômico universal a dietas saudáveis e orientar políticas voltadas à segurança alimentar, proteção social e combate à pobreza.



## **Equipe Técnica**

### **Bárbara Marra**

Analista de Comunicação

### **Caio Sousa**

Analista de Inteligência Estratégica

### **Felipe Amorim Pereira**

Consultor de dados

### **Luan Paciencia**

Consultor de dados

### **Moni Kelly Soares**

Analista de Inteligência Estratégica

### **Sulamita Santana**

Coordenadora de Inteligência Estratégica

### **Ricardo Mota**

Gerente de Inteligência Estratégica



## **Colaboração**

### **Walter Belik**

Cofundador do Instituto Fome Zero

### **Ana Luiza Gomes Domingos**

Doutora em Ciência da Nutrição e Consultora em Segurança Alimentar e Nutricional

### **Natalia Figuerôa Simões**

Nutricionista, mestre em Saúde e Nutrição

### **Ana Maria Bertolini**

Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade, com foco em mudanças climáticas e Segurança Alimentar e Nutricional

### **Andreia Adami**

Doutora em Economia Aplicada, Especialista em Macroeconomia do Cepea/Esalq